

Roteiro & Dicas



Um Voto com Raça e com Classe

O combate ao racismo e as Eleições 2000

Esta é uma publicação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação Política e Grupo de Trabalho Eleições 2000

1ª Edição: Agosto de 2000.

Presidente:

José Dirceu de Oliveira.

Secretário de Combate ao Racismo:

Carlos Porto (MS)

Secretário Nacional de Formação Política

Joaquim Soriano.

Coordenador do GTE 2000:

João Paulo Cunha.

Concepção da série *Roteiro&Dicas*:

Beto Bastos e Rogério Sotilli.

Elaboração desta Publicação:

Flávio Jorge R. Silva, Almira Maciel, Adriano Bueno,
João Carlos Nogueira e Martvs Alves das Chagas

Colaboração:

CEERT – Centro de Estudos de Relações do Trabalho, Matilde Ribeiro,
(coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura
Municipal de Santo André), Gevanilda Santos (SOWETO Organização Negra).

Coletivo da SNCR:

Adriana S. Martins (Rio Grande do Sul), Adriano Bueno (São Paulo),
Almira Maciel (Paraná), Flávio Jorge R. Silva (São Paulo), Genivalda Araújo
Santos (Goiás), Isaiás Santana Rocha (Espírito Santo), João Carlos Nogueira
(Santa Catarina), Martvs Alves das Chagas (Minas Gerais),
José Galvão Mesquita Bola (Assessor).

Comissão Executiva Nacional (Gestão 2000/2001):

Arlindo Chinaglia, Aloizio Mercadante, Clara Ant, Cida Diogo, Delúbio Soares,
Erika Kokay, Heloísa Helena, Humberto Costa, Iara Bernardi, João Paulo Cunha,
José Genoíno, José Dirceu, Joaquim Soriano, Jorge Almeida, Marcus Flora,
Marco Aurélio Garcia, Ronald Rocha, Sílvio Pereira, Sônia Hypólito,
Valter Pomar, Zoraida Arruda.

Coordenação Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE):

Delúbio Soares, Francisco Campos, João Paulo Cunha, Joaquim Soriano,
José Nobre Guimarães, Luiz Dulci, Ozeas Duarte, Romênio Pereira, Sílvio
Pereira, Valter Pomar, Vicente Trevas, Virgílio Guimarães, Vitória Cancelli.

Diagramação, Edição e Produção: Caco Bisol.

Ilustração: Vicente Mendonça.

Revisão: Gisele Esteves Prado.



Apresentação

"Tenho a oportunidade histórica de ser o sexto negro a ocupar uma cadeira de vereador na Câmara Municipal de Campinas, no Estado de São Paulo. Quando resolvi enfrentar este desafio, junto com vários militantes da luta anti-racismo, estabelecemos três grandes metas a serem alcançadas:

■ *a primeira, traduzir em forma de lei ou iniciativa parlamentar todo o acúmulo do Movimento Negro organizado para viabilizar políticas públicas de combate ao preconceito racial e a todas as formas de discriminação presentes na sociedade;*

■ *a segunda, um esforço necessário para provarmos que nós, negros e negras, temos condições de ocupar todos os espaços da sociedade, sem que para isso tenhamos que abdicar de nossos valores culturais, religiosos e principalmente da nossa identidade;*

■ *a terceira, estimular e articular a luta contra a discriminação e o preconceito com outras lutas que atingem a maioria do povo: a luta por moradia, saúde e educação pública de qualidade, por emprego, enfim, pelo direito de todos a uma vida digna, independente*



da cor de sua pele e da condição social a que estão submetidos."

A partir destas metas Sebastião Arcanjo, o Tiãozinho, um jovem sindicalista e militante do combate ao racismo, conseguiu ser eleito vereador em 1996. Está terminando seu primeiro mandato e representa um fato novo na política brasileira que é a eleição de candidatos a cargos de

representação política, que apresentam um compromisso com a melhoria das condições de vida das populações negras de nossas cidades.

Felizmente, Tiãozinho não é uma exceção.

Ainda que não tenhamos atingido a participação política desejada, seu mandato segue a trajetória de inúmeros companheiros e companheiras que conquistaram mandatos no legislativo e executivo em todas as regiões do País.

Agora nas eleições de 2000, outro fato significativo: além da ampliação dos candidatos a vereadores e vereadoras, aumenta o número de negros e negras candidatos(as) a Vice-prefeitos(as) e Prefeitos(as) pelo Partido dos Trabalhadores.

Saudações Petistas

José Dirceu

Presidente Nacional do PT

João Paulo

Coordenador do GTE Nacional

Carlos Porto

Secretário de Combate ao Racismo do DN

Joaquim Soriano

Secretário de Formação do DN

Ozeas Duarte

Secretário de Comunicação do DN

A participação política do negro

O DN, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e o GTE oferecem aos leitores esta publicação buscando atingir, particularmente, dois objetivos:

O primeiro, tem dupla finalidade: ao mesmo tempo que ressalta como uma conquista da militância negra a ampliação de sua participação política, coloca mais uma vez em debate a denominada democracia racial brasileira.

Que democracia racial é esta em que o fato de um candidato ou candidata ser branco, negro ou índio pode significar uma novidade?

Que democracia racial é esta que dificulta ou tenta manter invisível a participação da população negra na história política brasileira?

O segundo coloca nas ruas uma campanha pelo voto racial e anti-racismo **UM VOTO COM RAÇA E COM CLASSE** que está sendo implementada pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo em conjunto com o GTE-2000.

Uma campanha que articula a divulgação do que o PT tem acumulado na formulação de políticas públicas de combate e superação do racismo por meio de nossos governos (Estaduais e Municipais) e das ações de nossos parlamentares (Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores), com peças de campanha unificadas em âmbito nacional, garantindo a mobilização e visibilidade da questão racial negra nestas eleições e a ampliação da luta de combate ao racismo em nossas cidades.



Uma luta de longa história

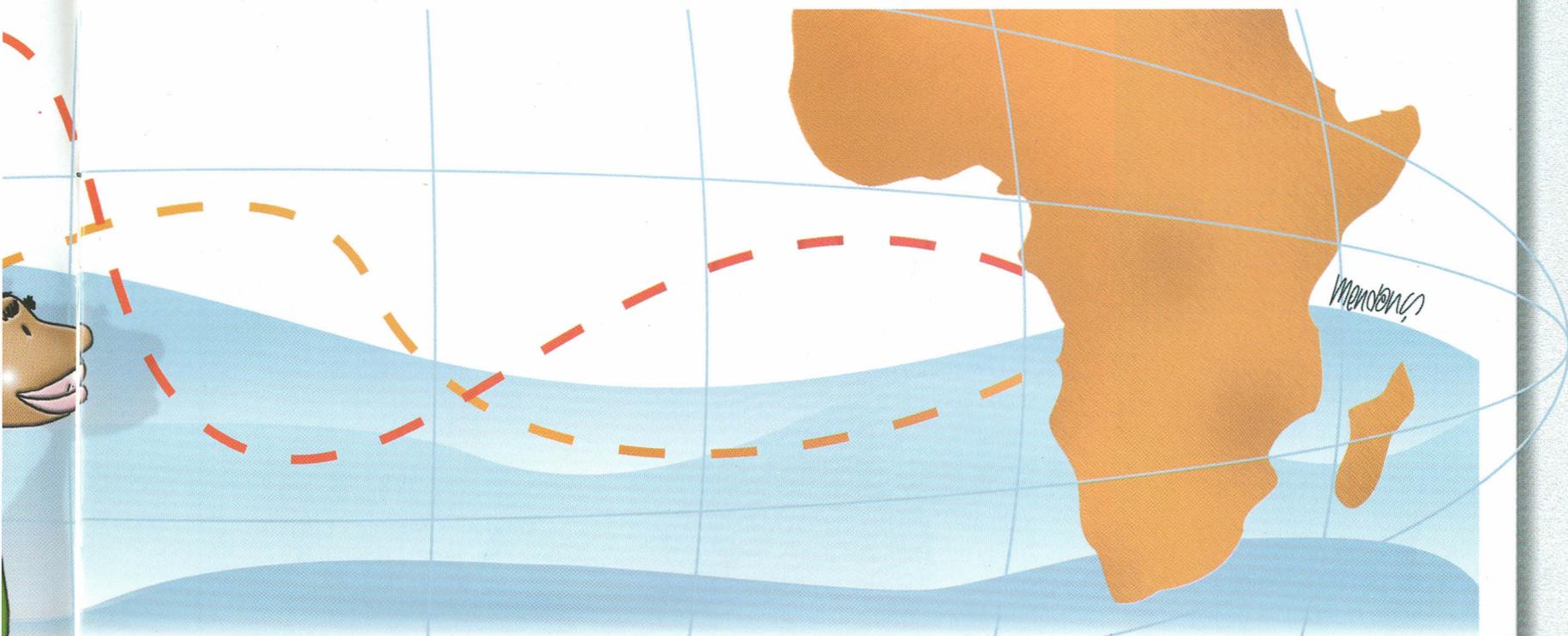
Começa com os negros e negras durante a viagem da África até o nosso país. Muitos preferiam o suicídio a se submeterem ao trabalho escravo.

Continua com a fuga em massa das fazendas e cidades e com a organização dos Quilombos que, a exemplo de Palmares, possibilitaram o surgimento, por um extenso período, de uma vivência igualitária entre aqueles (índios, negros e brancos) que eram opositores ao regime da época.

Faz parte desta história, entre

muitas outras organizações negras de cunho cultural, religioso, esportivo e político, a Frente Negra Brasileira. Uma entidade que na década de 30 desempenhou um importante papel na luta da população negra pela sua liberdade e dignidade.

Essa longa história de luta também conta com a participação da militância negra que hoje é filiada ou simpatizante do Partido dos Trabalhadores. Esta militância é, em sua maioria, oriunda do que denominamos de Movimento Negro Contemporâneo, que retoma a luta racial a partir da década de 70 —



um período de lutas que também influenciou o surgimento e a criação de nosso Partido.

Destacamos este período por determinar um marco da reinserção deste movimento no cenário político, ao apontar as relações raciais como um dos aspectos das contradições existentes entre a sociedade civil e o Estado em nosso país.

Seu mérito maior foi o de, em meio às mobilizações do movimento estudantil, popular e sindical, que fizeram parte do cenário político nacional em fins da década de 70, retomar a

herança de participação e luta do povo negro, de forma a propiciar a releitura de uma história de conteúdo ideológico e cultural, da vida política e brasileira.

Por meio da intervenção de um conjunto de grupos, entidades e organizações, os negros conseguem se articular em lugares importantes do País; aglutinam um número expressivo de militantes e cumprem a sua principal meta: a de difundir por toda a sociedade qual é a situação de discriminação racial existente e desmascarar a farsa da democracia racial, apregoada e reforçada pela elite dirigente do Brasil.

Ainda, por meio de suas ações, mostram aos setores de esquerda que no Brasil a questão de classe não explica tudo e que, com referência à população negra, é necessário combinar raça e classe para melhor entender e explicar as contradições da sociedade brasileira.

Ampliam os caminhos perseguidos pelo negro brasileiro em busca da cidadania e na luta pela afirmação de sua identidade cultural e política.

Provocam mudanças em atitudes significativas mas até então de caráter mais associativo, religioso, cultural ou ▶

esportivo como os bailes, as festas, as escolas de samba, as academias de capoeira, o candomblé e a umbanda. Influenciam o surgimento de organizações da juventude negra nos grandes centros urbanos, de blocos afros e afoxés, além de outras manifestações regionais, com uma postura de luta anti-racismo.

Fazem avançar também o entendimento da luta contra a discriminação, o preconceito e o racismo, revelando que ela não é de responsabilidade apenas daqueles que são os diretamente atingidos, mas de toda a sociedade brasileira; o que se concretizou na inclusão desta questão nos programas de todos os partidos políticos, dos mais distintos perfis e conteúdos. No resgate de lideranças importantes da luta negra em nosso país e na afirmação e reconhecimento de datas como o 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, inclusa no calendário de comemorações e lutas de escolas, órgãos governamentais e de entidades do movimento popular e sindical.

Conseguem mostrar a outros setores sociais que o embate contra a discriminação racial também era (e continua sendo) um componente da luta por liberdades democráticas e melhores condições de vida e trabalho, que eram o centro de reivindicações e mobilizações do período.

Colocam em movimento setores

importantes da luta contra o racismo em nosso país como as mulheres negras organizadas em âmbito nacional, a juventude negra estudantil e de periferia, as comunidades negras rurais quilombolas, os sindicalistas anti-racismo intervindo em seus sindicatos e centrais sindicais, os praticantes das religiões de matrizes africanas que mantêm viva a oralidade e a crença na ancestralidade do povo negro.

O restante desta história de luta está sendo contada e construída pelas organizações do movimento negro brasileiro que recentemente, em 1995, participaram com cerca de 30 mil militantes, em Brasília, da Marcha Zumbi dos Palmares e que, neste ano, se articulam em torno do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil: Outros 500!

A luta continua, mas podemos afirmar que a questão racial está pautada na agenda política nacional como um fato relevante e isto traduz a vitória do movimento negro em desnudar as condições raciais na sociedade brasileira.

Durante sua campanha, em seu Município ou Estado entre em contato com estas organizações para saber um pouco mais desta história e juntamente com elas desenvolva uma **campanha por um voto com raça e com classe.**

Contribua com o fortalecimento desta luta! ■

Entre em contato com estas organizações do Movimento Negro:

Agentes de Pastoral Negros Quilombo Central

Rua Tabatingüera, 301- Centro
São Paulo - SP - CEP 01020-001
Tel.: (11) 3107.9882

Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

SMDH / Projeto Vida de Negro
Rua da Saúde, 243 - Centro
Caixa Postal 1.094
São Luiz - Ma - CEP 65010-620

Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN Secretaria Operativa

Av. Afonso Pena, 1.500
20º Andar - Centro
Belo Horizonte - MG - CEP 30130-005
Tel.: (31) 463.9562
E-mail: conen_br@yahoo.com.br

Movimento Negro Unificado - MNU

Rua Ministro Lafaiete de Andrade,
13.081 - Marco II
Nova Iguaçu - RJ - CEP 26.260-000

União de Negros pela Igualdade - UNEGRO

Av. Cásper Libero, 58
4º Andar - sl. 415 - Centro
São Paulo - SP - CEP 01033-000
E-mail: unegro@hotmail.com

Procure na sua cidade ou Estado uma organização do Movimento Negro.

Campanha Por um Voto com Raça e com Classe

O sentido político-educativo

Importantes estudos e pesquisas, como as do eterno companheiro Florestan Fernandes, demonstram que no Brasil a inserção do negro no processo produtivo se deu em condições desiguais e tem ocorrido por uma articulação ideológica que instituiu o racismo ora na condição de classe, ora na condição de raça.

A partir daí, a relação negro/capital/trabalho determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica racial vigente.

Isso acaba por delinear um quadro

em que a competição entre negros e brancos é sempre desfavorável aos primeiros, reservando-lhes a mais baixa posição na estrutura de emprego e o recebimento dos mais baixos salários, quer estejam no setor primário, quer no secundário ou no terciário.

Se a absorção e o pagamento desta mão de obra é inferior e esta aquém do padrão mínimo de sobrevivência, em decorrência a condição de reprodução da força de trabalho da população negra, ocorre em uma escala menor, o que resulta no empobrecimento contínuo e marginalização social da população negra.

A relação de raça e classe (sem nos esquecermos da relação de gênero, onde fica visível a opressão e a exclusão social da mulher negra) é um elemento

explicativo importante das desigualdades raciais brasileiras.

Esta relação determina a forma de exploração da força de trabalho das populações negras de nossas cidades, quer seja ela masculina, feminina, criança, adolescente ou idosa, em termos de sua inserção ou exclusão do processo produtivo, tipo de ocupação, rendimentos salariais, posição na estrutura de classe e seu grau de consciência racial.

Introduza esta reflexão em sua campanha. Ela pode nos ajudar a encontrar respostas não só para a nossa situação de oprimidos e discriminados, mas também para o desafio de pensarmos juntos, negros, brancos e outras raças/etnias, os pilares de uma sociedade nova, sem discriminação de raça, sexo e classe. ■



Melhor qualidade de vida nas cidades para as populações negras



O Brasil é o país que, fora da África, concentra a maior população negra.

É também o país onde os negros são a parcela da população mais atingida pela exclusão social: com atividade de baixa remuneração e desemprego; moram nas encostas, vilas e favelas sem equipamentos sociais; convivem com elevadas taxas de repetência e abandono escolar; com menor expectativa de vida e altos índices de mortalidade infantil. É negra a maioria das crianças e jovens assassinados nos grandes centros urbanos.

Qualidade de vida que é agravada com as medidas de desmonte do já precário sistema de proteção social, via a privatização e desmobilização dos investimentos governamentais que

tornam ainda pior o acesso das populações de nossas cidades à saúde, educação, renda, moradia e meio ambiente favorável.

Reverter este cenário de adversidade e melhorar a qualidade de vida nas cidades para as populações negras deve ser uma tarefa de nossos futuros prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras. Condição fundamental para diminuirmos as impressionantes desigualdades raciais existentes nas áreas urbanas habitadas por não brancos. Para eliminarmos a exclusão e a segregação urbana que se expressa na conformação de cidades distintas – a dos incluídos e dos excluídos, habitando o mesmo espaço nas cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

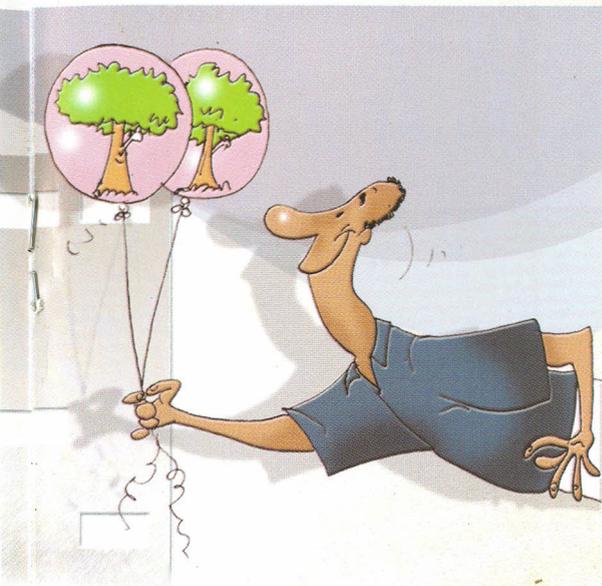
O que pode ser feito nas cidades para a melhoria das condições de vida das populações negras

Em nossos governos e mandatos parlamentares, nestes 20 anos do PT, temos implementado medidas, programas e projetos que têm permitido a melhoria das condições de vida destas populações e viabilizado políticas públicas de combate ao preconceito, a discriminação e ao racismo presentes em nossa sociedade.

São ações que propiciam o direito de todos a uma vida digna, independente da cor de sua pele e da condição social a que estão submetidos.

Algumas destas ações

Na saúde: o desenvolvimento de



programas de pesquisa, prevenção e tratamento das doenças de maior incidência na população negra, como exemplo a anemia falciforme;

Na educação: além da garantia do acesso à escola e da qualidade de ensino, promover seminários e debates nas escolas públicas dos municípios, objetivando a reflexão crítica de diretores, professores e alunos sobre a importância da população negra na formação cultural e histórica de nosso país e de nossas cidades.

Na comunicação: na propaganda oficial dos municípios (campanhas, comerciais e anúncios publicitários) em televisão, jornal e outros instrumentos de comunicação, propor a representação étnica proporcional, considerando os dados sobre cor fornecidos pelo IBGE, como garantia da visibilidade da população negra nos meios de comunicação. ►

Estimativa da Presença da População Negra

Regiões Metropolitanas Brasileiras / 1998

Negros: Pretos e pardos - Brancos: Brancos e amarelos

População negra (por mil pessoas) % sobre a população total da região

Belo Horizonte	51,8
Distrito Federal	63,7
Porto Alegre	11,8
Recife	64,0
Salvador	81,1
São Paulo	33,0
Total	43,7

População economicamente ativa (PEA) negra (por mil) - % sobre PEA da região

Belo Horizonte	52,1
Distrito Federal	64,4
Porto Alegre	11,7
Recife	63,9
Salvador	81,4
São Paulo	32,8
Total	45,1

Os trabalhadores negros convivem mais intensamente com o desemprego

Taxas de desemprego por raça (em %)

	Negros	Brancos
Belo Horizonte	17,8	13,8
Distrito Federal	20,5	17,5
Porto Alegre	20,6	15,2
Recife	23,0	19,1
Salvador	25,7	17,7
São Paulo	22,7	16,1

Desempregados negros (por mil)

% sobre o total de desempregados

Belo Horizonte	58,3
Distrito Federal	68,3
Porto Alegre	15,4
Recife	68,0
Salvador	86,4
São Paulo	40,8
Total	49,9

Desemprego por raça, segundo sexo (em %)

	Negros		Brancos	
	Mulh.	Hom.	Mulh.	Hom.
Belo Horizonte	20,5	15,8	16,8	11,5
Distrito Federal	22,4	18,9	21,0	14,2
Porto Alegre	22,7	19,2	18,1	13,1
Recife	26,3	20,5	22,6	16,2
Salvador	27,6	24,0	20,3	15,2
São Paulo	25,0	20,9	19,2	13,8

Desemprego dos chefes de família por raça (em %)

	Negros	Brancos
Belo Horizonte	9,7	6,8
Distrito Federal	11,8	8,3
Porto Alegre	13,5	9,6
Recife	14,3	10,3
Salvador	16,9	9,7
São Paulo	15,1	9,2

Proporção de ocupados em postos de trabalho mais vulneráveis (1) por raça (em %)

	Negros	Brancos
Belo Horizonte	40,3	31,1
Distrito Federal	35,4	25,2
Porto Alegre	43,3	32,4
Recife	44,7	36,8
Salvador	46,2	27,3
São Paulo	42,2	32,2

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais.
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.

Na segurança: na formação das polícias e guardas municipais, incluir disciplina de direitos humanos, com ênfase ao direito de não discriminação por origem, raça, cor, sexo, orientação sexual e idade.

Na cultura: valorizar e assegurar a expressão religiosa e cultural das populações negras, por meio de leis, campanhas, atos e estrutura material.

Na legislação: coibir atos discriminatórios por meio de leis com punições à prática de tais atos. Exemplo: casos de racismo em estabelecimentos comerciais e repartições públicas, por meio de multas, advertências e até cassação de alvarás de funcionamento.

O quesito cor: nos formulários de hospitais, escolas e de outras áreas da administração direta ou indireta das prefeituras, nas pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas pelos municípios, incluir o quesito cor para facilitar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades específicas e também para precisar como vive, de que adoce e morre a população a partir de sua origem étnica/racial.

São algumas ações decorrentes dos acúmulos das lutas de superação das desigualdades e de combate ao racismo, que podem ser implementadas em nossos governos e por nossos parlamentares e ser anunciadas durante as campanhas eleitorais.

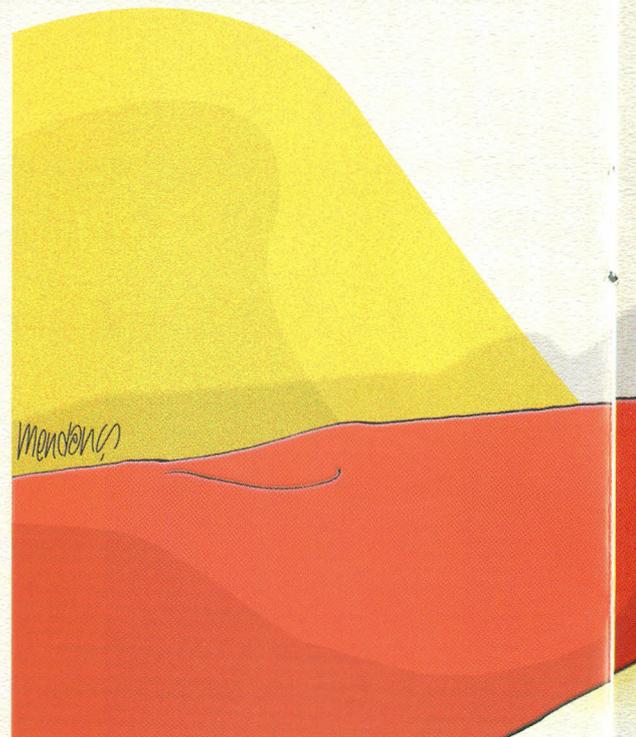
Somadas ao conjunto dos nossos programas de governo e à intervenção de nossos parlamentares nas Câmaras Municipais, darão continuidade a contribuição do Partido dos Trabalhadores para melhorar a qualidade de vida das populações negras nas cidades brasileiras. ■

Os governos do PT, na implementação de políticas públicas, estão incorporando a noção de que os grupos de cidadãos não se constituem apenas para a defesa de seus interesses mas se formam também para a defesa e/ou ampliação de seus direitos, bem como para a conquista de novos direitos até então inexistentes.

Isto está sendo transformado em ações concretas de políticas dirigidas a grupos específicos, procurando recuperar uma função essencial do Estado que é assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a promoção da igualdade de direitos.

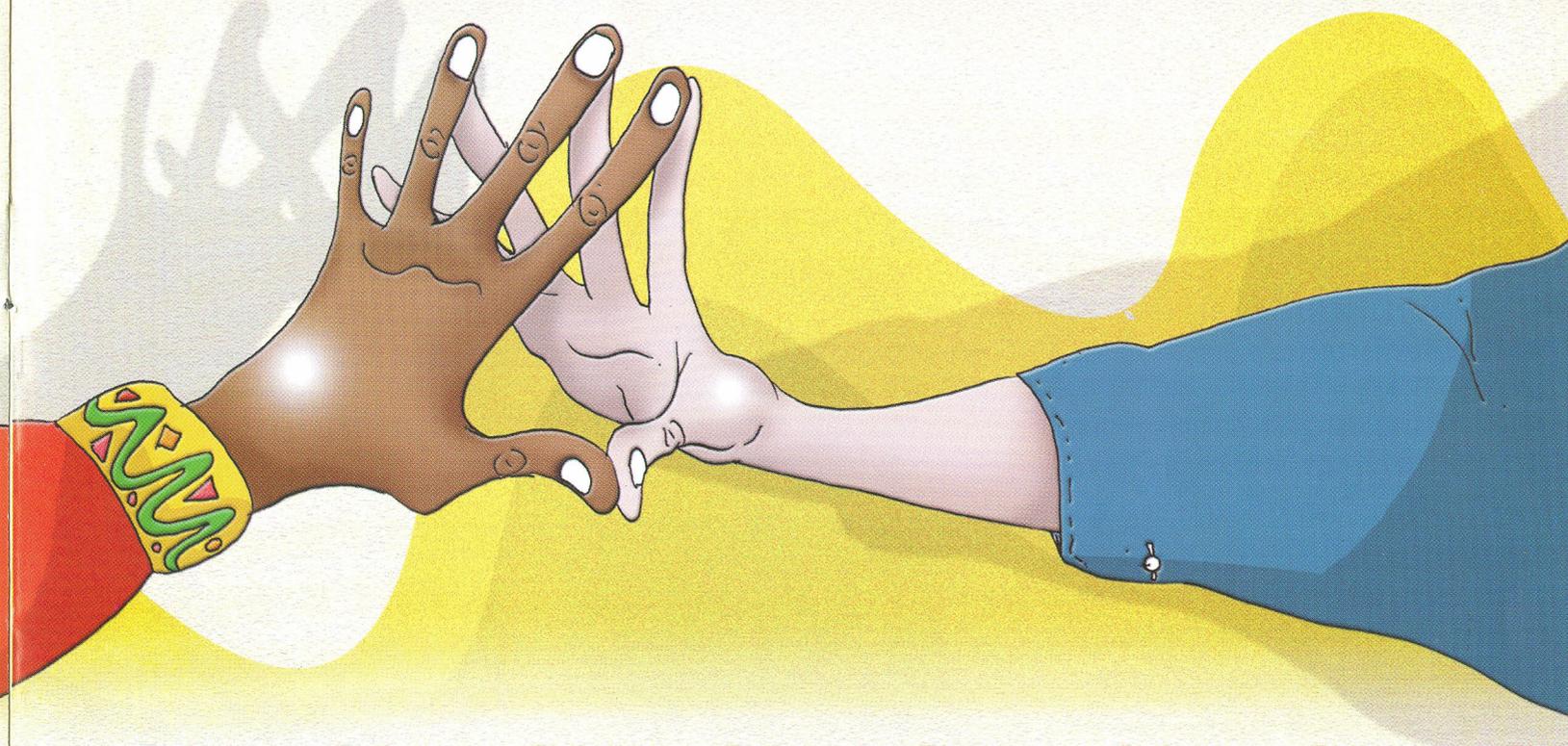
Como exemplo, no trato das desigualdades raciais e de gênero, destacamos o programa **OPORTUNIDADES IGUAIS PARA TODOS**, instalado na Gestão do Prefeito Patrus Ananias no final de 1995, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

A partir de um convênio com uma organização não-governamental, o Centro de Estudos e Relação do Trabalho — CEERT, deu início a um programa voltado para o diagnóstico das desigualdades de raça, que pudesse orientar a elaboração de políticas de promoção da igualdade, bem como estimular a valoração positiva da diversidade étnico-racial.



Na área de **educação** o programa buscou um “novo olhar” dos educadores sobre a discriminação racial e suas conseqüências psico-sócio-culturais para os discriminados.

Por meio de uma programação desenvolvida na Prefeitura, cerca de 500 professores da rede municipal foram sensibilizados para a questão das contradições intrínsecas do sistema educacional brasileiro, até hoje baseado num modelo eurocêntrico, que sustenta e perpetua a “superioridade racial” dos brancos.



Na área de **saúde**, iniciou a introdução da informação sobre cor nos cadastros de informação. Oficinas de sensibilização e treinamento envolveram cerca de 220 profissionais de 6 diferentes regiões, visando fornecer subsídios e treinar o pessoal responsável pela coleta.

Na área de **recursos humanos**, o que orientou o trabalho foi a decisão de tratar as desigualdades de gênero e raça a partir do espaço interno da Prefeitura, privilegiando o papel desempenhado pelos profissionais de

recursos humanos e chefias, como mediadores nas relações que se estabelecem entre empregador e trabalhadores.

Estudos realizados pelo CEERT com trabalhadores negros e com profissionais de recursos humanos revelam que a formulação de critérios para orientar os diferentes processos de admissão e mobilidade funcional, pode ser influenciada pelos estereótipos que se tem sobre raça e gênero, os quais sustentam os modos informais de discriminação institucional.

O programa **Oportunidades Iguais para Todos**, implantado na Prefeitura de Belo Horizonte, ainda precisa ser avaliado quanto à sua abrangência, impacto e mesmo quanto à seqüência desejada no início de sua implementação.

Entretanto, ele teve um significado: além das boas ações desenvolvidas pelo modo petista de governar naquele município, foi uma contribuição importante para avançarmos na construção de uma hegemonia política e cultural nas cidades e estados que o Partido dos Trabalhadores administra. ■

Perspectivas de mudança para as mulheres negras

Falar sobre a realidade da mulher negra significa fazer relação com as condições das mulheres e os negros – se o homem negro sofre toda sorte de discriminação racial e as mulheres todas as formas de discriminação de gênero, para as mulheres negras a situação é ainda um pouco mais complicada.

Para as mulheres negras a discriminação mantém-se e reproduz-se de forma intrincada: as opressões completam e entrelaçam-se na dinâmica social tendo como resultado para a maioria ser analfabeta ou semi-analfabeta; ganhar até um salário mínimo; submeter-se a trabalhos pesados e desqualificados. Observa-se que o estereótipo atribuído à maioria das mulheres negras, demonstra a coexistência do machismo e do racismo, agregados à exploração de classe.



Retratos da realidade

Existem dificuldades para levantamento de estatísticas mais globais, pois as pesquisas apresentam problemas de continuidade e classificação de cor / raça. Embora os dados que dispomos tragam um retrato nítido destas desigualdades.

Nas relações de poder, oportunidades de acesso à educação, mercado de trabalho e renda existe uma ordem incontestável: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Segundo dados da FIBGE (1994), considerando a média salarial de todo o País, os homens brancos recebem 6,3 salários mínimos (SM), os negros e pardos recebem 2,9 SM; as mulheres brancas recebem 3,6 SM, ao passo que as mulheres negras e pardas recebem 1,7 SM. Enquanto que a renda dos homens é de 4,9 SM, a das mulheres é de 2,8 SM.

Estes dados dão a medida exata de que a opressão não é questão subjetiva, mas se traduz na vida concreta dos indivíduos: expressa-se no corpo, no trabalho, nas oportunidades e possibilidades, nas condições de vida.

As relações entre homens e mulheres são construídas a partir de uma identidade masculina e feminina que valoriza o homem e desvaloriza a mulher, estabelecendo uma distribuição desigual de poder. Para as negras e negros, são utilizadas as diferenças no campo biológico, entre as raças, para legitimar o preconceito e a discriminação.

São atribuídos à população negra estigmas como feiúra, incompetência, menos inteligência, comparado aos brancos que são vistos como bonitos, competentes e inteligentes. Desta forma a brancura adquire um caráter de humanidade.

Os mecanismos tradicionalmente utilizados para a manutenção da inferioridade atribuída aos negros, negras, mulheres são variáveis: a negação do machismo e racismo, o reforço à passividade e abnegação; a impunidade e o silêncio diante de situações discriminatórias; e, acima de tudo, as reações preconceituosas, dissimuladas e sutis que vão construindo as desigualdades sociais.

Constata-se, porém, que a realidade não é estática, ocorreram muitas mudanças desde o final da escravidão até os dias atuais. Nas últimas décadas, em especial, ampliou-se muito os índices de participação das mulheres e negros no mercado de trabalho e sistema educacional, porém, discute-se em que condições se dá esta participação e quais as possibilidades de permanência nesses espaços.

Ação para mudança

Para o movimento negro e feminista, as iniciativas de tornar visível a realidade da opressão dos negros, negras e mulheres e a busca de formas de organização visando sua superação ocorrem há muito tempo.

Estes, resguardadas suas particularidades, ressurgem no Brasil em meados dos anos 70, em plena ditadura militar, ambos tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania.

Muitas críticas foram feitas pelas mulheres negras à sociedade, pois de maneira geral, têm sido absorvidas, de forma mais eficaz, as reivindicações das mulheres (brancas). A questão racial, ainda é um tabu; o combate ao racismo, pela sua sutileza e mascaramento, não "emplaca" como tema socialmente relevante.

As mulheres negras, a partir dos anos 80, têm desenvolvido ações em nível nacional, visando fortalecer de forma autônoma, o movimento de mulheres negras. Parte-se da necessidade de olhar as diferentes formas de experiência de ser: negra, mulher, pertencente a uma classe social. Em sua luta a prioridade tem sido para garantir a subsistência, direitos sociais, políticos e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade.

A partir da atuação dos movimentos negro, feminista e de mulheres negras, busca-se reafirmar na sociedade alguns princípios que devem ser assimilados e postos em prática, na perspectiva de mudança social: a consideração dos indivíduos como sujeitos de sua própria história, a busca da garantia de autodeterminação, a conquista de auto-estima e valorização pessoal. ►

Estas ações devem ter como perspectivas a interlocução e pressão junto às instituições estatais para implementação de políticas públicas democráticas, que incidam no cotidiano da população e, em especial, das mulheres, dos negros e das mulheres negras:

- garantia de entrada e permanência no mercado de trabalho e sistema educacional;

- garantia de dispositivos legais, tanto os já existentes (a lei que torna o racismo inafiançável e imprescritível) como a criação de novos;

- garantia de igualdade de direitos baseada no enquadramento a grupos (gênero, raça) como programas de combate à pobreza e à exclusão social.

Neste sentido, o papel da ação institucional e das políticas públicas é fundamental para desmascarar a lógica dessa sociedade capitalista, machista e racista. Esta não é tarefa apenas de negros, negras e mulheres.

Finalizando, a mulher deve ser considerada um ser integral, capaz de definir a sua vida a partir de suas próprias necessidades. Os negros devem ser considerados pelas suas reais potencialidades e capacidades e não pela cor de sua pele ou tipo físico. É preciso que a sociedade reconheça que as desigualdades não são processos naturais e busque alterar estas condições garantindo a efetiva representação e participação, a conquista efetiva da cidadania. ■



- Como ponto relevante de campanha destacar a crueldade do racismo em nosso país: é um fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro que representa metade da população brasileira;

- no marco dos 500 anos do chamado "descobrimento do Brasil", lembrar que nosso país viveu quase 400 anos de escravidão e de utilização da força de trabalho de negros e negras;

- mostrar que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade atual e que o combate ao racismo é importante seja na construção de um modelo de desenvolvimento para o Brasil e para as nossas cidades como para pensarmos uma sociedade mais justa e igualitária;

- associar este debate mais geral com a denúncia de casos concretos de

racismo e com a forma desigual de tratamento da população negra de suas cidades;

- dar especial destaque às condições de vida e trabalho da juventude negra e das mulheres negras de suas cidades;

- divulgar as iniciativas legislativas antidiscriminatórias possíveis de serem implementadas em suas cidades que, se eleitos, serão desenvolvidas pelos seus mandatos;

- utilizar no material de campanha (boletins, jornais, panfletos etc.) símbolos e cores ligados à luta negra, como por exemplo o preto, o vermelho, o verde e o amarelo, da unidade africana;

- incorporar a produção cultural negra, hip hop, samba, capoeira, grupos de teatro e outras formas de manifestações culturais existentes, como parte das respectivas campanhas.

S É R I E

Roteiro & Dicas

Informações para compra:

e-mail: vendas@pt.org.br

Fone: (11) 233.1310

com Jussara ou Rita

Já publicados:

Vereador e Vereadora:
Organizando uma Campanha Petista

Meio Ambiente:
Subsídios para um Programa de
Desenvolvimento Sustentável

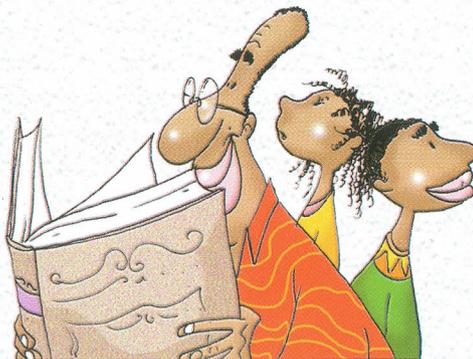
Comunicação Eficiente
em Campanhas Eleitorais

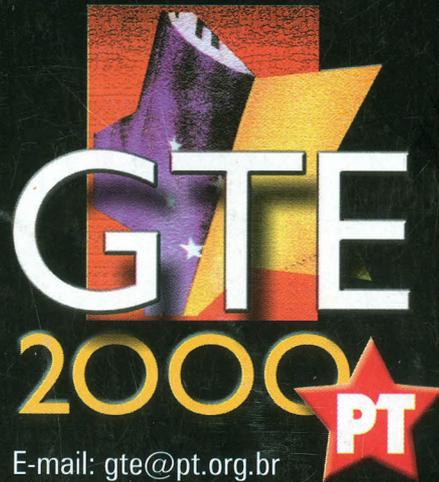
Programas de Governo:
Parâmetros partidários
para sua elaboração

Movimentos Populares
e Políticas Públicas

Saúde: Um Programa Petista
para o Município

Criando Comitês Sindicais





E-mail: gte@pt.org.br

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Silveira Martins, 132 - Centro - 01019-000 São Paulo/SP
Fone (11) 233.1313 - Home page: www.pt.org.br